



4º EPPAC

13, 14 e 15
Set / 2017

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

Boa Vista / Roraima - Brasil

AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

Janaina Zildéia da Silva Paiva¹

RESUMO: Este artigo busca analisar as transformações do trabalho docente no ensino superior, considerando as influências do sistema capitalista no mundo trabalho. Como as políticas neoliberais vão incidir na área educacional, com o Estado adotando a participação mínima nesse setor, direcionando investimentos e incentivando a ampliação da iniciativa privada nesse ramo. A atuação docente se dará nesse contexto de incertezas, no qual esse profissional estará sujeito à lógica capitalista na sua rotina profissional.

Palavras-chave: Capitalismo. Trabalho. Trabalho Docente. Ensino Superior.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the transformations of teaching work in higher education, considering the influences of the capitalist system in the work world. As neoliberal policies will influence the educational area, with the state adopting the minimum participation in this sector, directing investments and encouraging the expansion of private initiative in this field. The teaching performance will occur in this context of uncertainties, in which the professional will be subject to the capitalist logic in his professional routine.

Keywords: Capitalism. Job. Teaching Work. Higher education.

¹ Assistente Social. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas. Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas. Email: janainajzsp@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca evidenciar os reflexos da exploração do trabalho pelo capital, o qual incidirá diretamente em qualquer forma de trabalho, e principalmente no trabalho docente, o qual é o foco do nosso artigo. Essas transformações pertinentes ao mundo do trabalho também repercutiram diretamente no trabalho docente, principalmente no ensino superior. Há uma precarização do ensino superior público, à transformação da educação em mercadoria, uma participação mínima do Estado na área educacional e a ampliação do setor privado nesse ramo.

A educação é um direito socialmente conquistado através da luta dos trabalhadores. No Brasil, a educação está garantida constitucionalmente, a partir do artigo 205 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil – CF, de 1988, como dever do Estado e direito básico, fundamental à vida do cidadão. O grande desafio na atualidade é assegurar esse direito, em tempos de mercadorização da educação, principalmente com relação ao ensino superior, em virtude do interesse do capital nessa área tão promissora, sobretudo no que diz respeito à Pós-Graduação. Ela é hoje uma mercadoria de grande interesse ao Capital, que possibilita altos lucros.

Podemos perceber uma política de estagnação nas instituições ensino superior públicas, por meio da redução orçamentária e na diminuição de concursos. E com o aumento de instituições privadas, esse vai ser um grande campo de absorção para os docentes, os quais estarão sujeitos a flexibilização e precarização nos regimes de trabalho.

Os princípios neoliberais adotados pela educação superior têm incidido diretamente nas universidades públicas, pois o Estado tem reduzido os investimentos nesta área e estimulado as parcerias público-privadas, o que altera a funcionalidade das universidades, ou seja, a lógica capitalista adentra o âmbito das universidades públicas, transformando o trabalho docente. A falta de incentivos financeiros pelo governo federal tem alterado tanto as condições de trabalho como a rotina desses profissionais, pois os mesmos precisam direcionar boa parte do tempo para concorrerem aos editais das agências de fomento para angariarem recursos financeiros e materiais com o intuito de suprir as necessidades para a produção de suas pesquisas, as quais deveria receber todos os incentivos do Estado.

Nesse cenário capitalista, intensifica-se a comercialização da educação superior. Segundo a ideologia neoliberal, deve-se ofertar uma formação superior mais técnica, direcionada aos ramos de maior interesse do capital. Em virtude da crise estrutural do capital, a educação surge como uma possibilidade de atenuar a crise do sistema, daí decorre a educação como mercadoria, o que vai caracterizar o ensino superior atualmente.

Nesse sentido esse artigo busca analisar as transformações no trabalho docente do ensino superior público, apreciando os possíveis impactos produzidos a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho, em virtude da reestruturação produtiva e da globalização da economia em relação ao trabalho docente no ensino superior público.

2. AS METAMORFOSES DO TRABALHO DOCENTE

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho vão repercutir em todas as dimensões da sociedade, principalmente na classe que vende sua força de trabalho. E dentro desse contexto está o docente, que como qualquer outro trabalhador, precisa comercializar o único bem que dispõe para sua própria sobrevivência, que é sua força de trabalho.

No capitalismo tudo se mercantiliza, a relação mercantil invade completamente tudo, e na área educacional não seria diferente, na lógica do capital a educação é transformada em mercadoria, o que torna cada vez mais difícil lutar pela defesa da educação pública e de qualidade. O neoliberalismo conseguiu impor suas políticas antidemocráticas ao dissolver o direito à educação como um direito social e de desintegrar o aparato institucional que garantia essa concretização (GENTILI, 1995).

A doutrina neoliberal adotada como política de Estado tem intensificado a privatização da escola pública, a qual deve funcionar por suas próprias condições, captando seus próprios recursos na dinâmica do mercado. A escola é transformada em uma instituição onde a administração educacional deve assumir novos modelos de produtividade e qualidade, ou melhor, o sistema educacional adota o caráter de empresa, facilitando informações gerais sobre a qualidade do ensino, como uma ferramenta de atração para os consumidores. Na ótica neoliberal é necessário

estabelecer mecanismos de diferenciação entre as instituições de ensino, isso ocorre por meio do controle e avaliação, como forma de estimular a competição entre elas. O capital tem necessidade de controlar o processo de trabalho escolar por meio da gestão de qualidade, estabelecendo assim, uma nova divisão do trabalho na educação (FRANÇA, 2015).

O trabalho docente possui um duplo sentido, tornar-se produtivo à acumulação do capital na atual realidade brasileira, e passar de uma força de trabalho social à uma rentável mercadoria. A mercadoria força de trabalho docente do ensino superior, está sujeita as contradições próprias da relação capital e trabalho. Todavia, no setor público, não ocorre essa relação direta entre capital e trabalho. Mas, mercadoria é tudo o que é produzido com finalidade de troca. Para o capitalista é indiferente produzir mesas ou educação, conquanto, que suas mercadorias atendam uma necessidade social, pois o que realmente importa são as possibilidades de lucro (SILVA, 2012).

A educação é considerada um processo de trabalho. O professor é considerado um trabalhador produtivo, porque ao empregar sua força de trabalho, produz mais-valia, concorrendo para o processo de reprodução e expansão do capital. E está determinação, é fundamental para as possibilidades e limites do seu trabalho. A partir da Lei nº 5.540 de 1968, responsável pela reforma do ensino superior, o trabalho docente se divide em dois momentos, o docente como um trabalhador de um sistema produtivo e o docente como o próprio produto de seu trabalho. O docente, ao ser considerado um trabalhador do sistema produtivo, estará sujeito a precarização do trabalho docente, seja nas instituições de ensino superior – IES pública, seja nas IES privadas (FRANÇA, 2015).

Segundo Silva (2012), o trabalho docente é considerado bem complexo, e é assim, concebido por ser um trabalho instigante, desafiador, fascinante, multidimensional por sua natureza, enfim um trabalho ambíguo. Mas, também é visto como um trabalho simples, que pode ser de fácil execução pelo professor bem formado e bem preparado para o ensino. Essa complexidade se deve ao fato de o docente estar constantemente sendo desafiado a manter-se atualizado, e é instigante, pois se direciona a atividades diversas, como ensino, pesquisa e extensão. E esse caráter multifacetado do trabalho não permite uma atitude passiva do docente frente ao exercício profissional.

É um trabalho ambíguo, pois envolve forças intelectuais, forças operacionais de tempo e espaço, forças de articulação entre teoria e prática, enfim, não é

simplesmente um trabalho intelectual. O trabalho docente possui uma dimensão instrumental, relacionada ao saber fazer, preparar aulas, uma dimensão teórica, de reflexão teórica, e uma dimensão prática que é a inserção no campo da pesquisa e do ensino, sem contar as múltiplas relações: professor-aluno, na sala de aula, e as relações estabelecidas nas supervisões de estágio, com outros profissionais, etc. O docente será responsável pela formação de um profissional que seja capaz de articular teoria e prática, além de ser um profissional reflexivo (SILVA, 2012).

Apesar do aumento de concursos públicos nos últimos anos nas IES públicas, principalmente no governo Lula, ainda é gigantesco o quantitativo de professores substitutos. A precarização do trabalho docente nas IES públicas, consiste nas cobranças intensificadas, em forma de avaliações da produtividade docente, seja para a progressão vertical, que se obtém por meio de títulos, seja na progressão horizontal conquistada através do tempo de serviço. Essas progressões, verticais e horizontais, compõem o regime de trabalho dos docentes, tornando-se extensão de seu trabalho como atividades de ensino, pesquisa e extensão, administração e diversas outras atividades, como forma de ocupação do tempo de dedicação do docente à instituição a que pertence (FRANÇA, 2015).

A face mais impiedosa dessa ação recai sobre os docentes da pós-graduação, os quais são cobrados constantemente para intensificar e expandir suas produções intelectuais como publicações de livros, artigos, participação em eventos científicos. Tendo a obrigatoriedade de publicar em revistas editoriais e eventos que estejam validados e reconhecidos pelos órgãos responsáveis por essa verificação. O estímulo a competitividade entre docentes tem levado a um isolamento acadêmico-científico, mesmo entre os docentes que se reúnem em grupos de estudos e de pesquisas, estes acabam empreendendo seus trabalhos individualmente. Vale ressaltar a existência de uma cisão da categoria docente percebida através da pouca mobilização coletiva dos docentes. Em época de greve essa dissidência fica mais visível a fragmentação da categoria docente, entre aqueles que percebem a exploração do capital e aqueles que não entendem dessa forma, ou realmente se abster sobre esse assunto (FRANÇA, 2015).

A desvalorização da força de trabalho docente se encontra nas ingerências governamentais, na concessão de bolsas e em relação à procedimentos de pesquisa, e também, na abertura de cursos de pós-graduação. Bem como, na sobrecarga de trabalho, percebida pelo cansaço e exploração entre os professores, com uma

péssima distribuição do trabalho. Há uma mudança na produtividade do trabalho docente, a partir da organização do processo de trabalho e o volume e a eficácia dos meios de produção docente. Segundo Marx (1996a), a produtividade do trabalho não depende apenas da virtuosidade do trabalhador, depende também da perfeição de suas ferramentas. Ou seja, o docente necessita de condições de trabalho satisfatórias para desempenhar um bom trabalho.

A produtividade cobrada tem produzido uma concorrência acirrada, tanto na aprovação de projetos nas instâncias de fomento, como no critério de quem produz mais na orientação das pesquisas de pós-graduação, para quem ocupará funções administrativas, cargos em órgãos importantes de fomento e outros postos expressivos, além de conquistar mais facilmente recursos para financiar suas pesquisas. Esses critérios produtivistas têm provocado profundos problemas de convivência e na conduta de todos aqueles que trabalham nas IES, precarizando consideravelmente o trabalho docente.

As precarizações das condições de trabalho estão relacionadas às condições materiais, infraestrutura, falta de recursos e até problemas de gestão. A diversificação de demandas da universidade em relação ao professor agravam as condições de trabalho, gerando um produtivismo que o afasta do centro de seu trabalho (a leitura, a busca do conhecimento, a produção intelectual, a pesquisa, a aula, etc.), ficando a preparação das aulas no segundo plano. O produtivismo gera prejuízo também ao aluno, pois o tempo entre o aluno e professor fica reduzido.

A sobrecarga de trabalho crescente, a ampliação do quantitativo de alunos por turma e de turmas por professor, por exigências de pesquisa e extensão da universidade, relatórios acadêmicos que medem a produtividade do professor. A política educacional dos últimos anos causou transtornos na organização do trabalho docente, com as mudanças e as exigências de produtividade. Essas determinações de produtividade exacerbada, a ampliação dos cursos, o aumento significativo de discentes por turma, causaram angústias e apreensão, sobretudo aos docentes que atuam na pós-graduação.

O docente não escapa a essa conjuntura de intensificação do trabalho, um desconforto que vai ao longo do tempo desencadeando um adoecimento psíquico e somático, conforme as circunstâncias vivenciadas no âmbito do trabalho. Essa supervalorização do trabalho, como um instrumento de sucesso, relegando para segundo plano, a vida familiar e a social. Exige ainda do docente, níveis mais elevados

de qualificação e permanente necessidade de atualização dos conhecimentos para a efetivação das aulas (FRANÇA, 2015).

Há um apelo acalorado à especialização, aos inúmeros encontros, projetos, eventos, cada vez mais, divididos nas áreas e subáreas, e essa participação constante dos docentes, deixa-os com pouco tempo para reflexão, apropriação e socialização desse conhecimento adquirido. Essas incontáveis atribuições e compromissos acabam isolando os professores, que não encontram tempo para organizar o trabalho, e que permitam discussões, até mesmo com seus pares de departamento. A realidade da instituição pública é, cada vez menos pessoas para realizar mais atividades, assim, o trabalho docente fica comprometido, a perder em profundidade e em qualidade (SILVA, 2012).

A universidade pública se mercantiliza em diferentes áreas, ao se estabelecer as parcerias público-privadas. E será nesse contexto que o professor encontrará financiamento para os seus projetos, mesmo sendo o professor um servidor público, ele será um trabalhador produtivo para o capital. Há uma assimilação da lógica mercantil entre os trabalhadores docentes, não há embates, pelo contrário, o público e o mercantil se mesclam e se naturalizam no cotidiano das trocas universitárias (SILVA, 2012).

Assim, torna-se primordial a defesa pela centralidade do trabalho, pelo trabalho digno do docente no ensino superior, e o respeito pela sua importante função na construção do ser humano mais crítico. Tendo a pesquisa científica como ferramenta capaz de encontrar soluções para as necessidades da população e não somente a favor dos interesses do grande capital.

3. CONCLUSÃO

O trabalho docente tem sofrido total influência da política neoliberal, que age sobre todos os setores da sociedade mundial, logo o Brasil também se insere nesse cenário da globalização sob controle do capitalismo.

A ideologia neoliberal exige a adoção do Estado mínimo, ou seja, o Estado reduziu seus incentivos financeiros principalmente em relação às políticas sociais,

como educação, saúde, dentre outras, o que abre um campo propício para o setor empresarial atuar com o respaldo do próprio governo.

A educação pública superior constitui-se um alvo para o setor empresarial, o qual atua tanto na mercadorização da educação superior, por meio do aumento expressivo de inúmeras instituições de ensino superior privada, como através das parcerias público-privada com as universidades federais, com foco direcionado para as áreas tecnológicas, visto que são as mais rentáveis de lucro ao mercado capital.

A educação superior brasileira passou a ser uma área de interesse da lógica capitalista, pois é um mercado altamente lucrativo, recebedora de incentivos fiscais do governo e dispõe de recursos públicos para fomentar a atividade privada da educação superior. A isenção desses impostos a serem concedidos às IES privadas poderiam ser aplicados na ampliação de oferta de vagas em IES públicas. A verdadeira democratização do ensino superior ocorrerá pela inserção da população, independente da classe social, nas universidades públicas e gratuitas, mas para que isso ocorra faz-se necessário uma melhoria na educação como um todo, desde a educação básica.

A reforma universitária realizada no governo Lula atende as diretrizes estabelecidas (maior eficiência, qualidade e equidade nesse nível de ensino) pelos organismos internacionais, BM e OMC, e legitima a concepção da educação como um serviço não exclusivo do Estado, o que justifica a transferência de verba pública para o setor privado, que é um dos princípios neoliberais em mais um setor de exploração do capital. Os incentivos nesse nível de ensino contribuem para o aumento da produtividade do trabalho e conseqüentemente maior crescimento econômico a longo prazo. Daí a necessidade de se investir no setor privado, que seria um ensino terciário não universitário, voltado às transformações do mercado de trabalho, o qual pouparia recursos públicos, visto que o modelo tradicional de universidades europeias de pesquisas é oneroso.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho repercutem diretamente no trabalho docente, principalmente com as alterações no plano de cargos e carreira do magistério superior, que gera um desestímulo aos novos profissionais que se interessam por essa carreira profissional, tendo em vista que a desconstrução da carreira docente é uma das estratégias do governo federal para acelerar o processo de privatização por dentro do ensino público superior.

A ideia é retirar a função social da universidade e transformá-la em uma prestadora de serviços com foco nas demandas do mercado. O Estado se livra de sua obrigação com a sociedade e transforma a atividade docente em parte de um grande negócio, isso faz parte da reforma de Estado nos moldes do neoliberalismo. Daí a necessidade de um plano de carreira condizente com essa lógica mercantilista. O Estado que antes detinha o papel de provedor, agora se transforma em uma espécie de regulador do mercado, pois quem dita as regras do nosso projeto de educação é o mercado (RODRIGUES; XAVIER, 2013).

As universidades passam a ser geridas como empresas comerciais, instituições privadas, e ao mudar a concepção de universidade, muda também a forma como o docente interage com a instituição, ela sofre efeitos da nova forma de organização e dos interesses do capital. O docente deixa de contribuir para a construção do conhecimento coletivo e passa a se dedicar à formação de novos profissionais ou à pesquisa condicionada aos interesses de seus próprios patrocinadores. Surgindo a figura do docente empreendedor, aquele que tem a iniciativa própria para captar recursos públicos e privados no mercado. E os critérios de avaliação do corpo docente dos programas de pós-graduação pela CAPES/MEC, vão pontuar melhor na progressão vertical esse docente que buscar financiamentos.

Enfim, o trabalho docente tem se tornado uma corrida intensa para publicar, os docentes precisam se destacar nas avaliações de órgãos do governo, as universidades necessitam atingir conceitos e notas altas, os programas de pós-graduação dependem da produção dos docentes e discentes para manterem suas posições. Os docentes precisam manter seus currículos sempre repletos de produções sejam de revistas, livros, artigos, e etc. Essa pressão por publicar de qualquer modo tem gerado uma expansão de revistas e livros não tão bons, textos apressados, sem tanta qualidade e profundidade, tudo com um único propósito, que é publicar para pontuar no currículo, os quais renderão melhores gratificações salariais, bem como, o reconhecimento do profissional ideal. As produções acadêmicas estão em linha de montagem, uma produção em massa.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 03/02/2015.

FRANÇA, Polyana Imolesi Silveira de. **A precarização do trabalho docente no ensino superior: o processo de mercantilização da educação e a desprofissionalização docente.** Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../PrMv7PRq.pdf>. Acesso em: 01/02/2015.

GENTLI, Pablo (Org.). Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro Primeiro, Volume I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996a.

ROGRIGUES, Valdeci; XAVIER, Fátima. Ataques à carreira preparam o terreno da privatização. **Revista ANDES especial**, Dossiê Nacional 3, Brasília, 2013.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.